

URP: base do acordo

No acordo de janeiro, buscou-se índices de reajustes satisfatórios para os dois lados: as escolas poderiam aumentar as mensalidades de dezembro usando uma tabela que dividiu o Estado em três regiões, e acrescentando a ela a URP de janeiro. A tabela estabeleceu os seguintes aumentos: Rio — 56 por cento; Baixada Fluminense e São Gonçalo — 60 por cento; e Niterói e outros municípios — 65 por cento. Após tal reajuste, as mensalidades seriam aumentadas, a cada mês, de acordo com a URP. Além desses índices, no mês do dissídio coletivo dos professores, as escolas poderiam repassar o aumento salarial sobre apenas 50 por cento da mensalidade; sobre os 50 por cento restantes só poderia incidir a URP do mês. O mesmo se daria no dissídio dos funcionários, só que o peso do reajuste destes na mensalidade seria de 20 por cento.